

# GOVERNO MILITAR, REFORMAS DA DÉCADA DE 60 E MILAGRE BRASILEIRO

Claudemiro Pereira  
Flávia Luiz Barboza  
Gladson Elias dos Santos  
Helviana Tathiely Cardoso Reis  
Joice Gomes Soares  
Marcia Silvino Ramalho

CLAUDEMIRO PEREIRA  
FLÁVIA LUIZ BARBOZA  
GLADSON ELIAS DOS SANTOS  
HELVIANA TATHIELY CARDOSO REIS  
JOICE GOMES SOARES  
MARCIA SILVINO RAMALHO

**GOVERNO MILITAR, REFORMAS DA DÉCADA DE 60 E  
MILAGRE BRASILEIRO**



2020 Uniedusul Editora  
Copyright da Uniedusul Editora  
Editor Chefe: Profº Me. Welington Junior Jorge  
Diagramação e Edição de Arte: Uniedusul Editora  
Revisão: Os autores

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

G721    Governo militar, reformas da década de 60 e milagre brasileiro [livro eletrônico] / Claudemiro Pereira... [et al.]. – Maringá, PR: Uniedusul, 2021.  
14 x 21 cm

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86010-88-6

1. Brasil – História. 2. Brasil – Política e governo – 1964-1985.  
3. Ditadura – Brasil. I. Pereira, Claudemiro. II. Barboza, Flávia Luiz.  
III. Santos, Gladson Elias dos. IV. Reis, Helviana Tathiel Cardoso.  
V. Soares, Joice Gomes. VI. Ramalho, Marcia Silvino

CDD 981.08

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Permitido fazer download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.uniedusul.com.br](http://www.uniedusul.com.br)

## **APRESENTAÇÃO**

Tem-se que a Ditadura foi um dos momentos mais marcantes da história do Brasil, sobretudo, pelo terror instaurado pelo regime, dotado de intensas perseguições a políticos, militantes, artistas e todos os demais que se opuseram às ideias defendidas pelos militares, estando a opressão sobre todas as classes sociais. É válido enfatizar que a Ditadura, que tanto marcou, constitui-se um dos aspectos do Governo Militar, isto é, é um dos elementos, quem sabe o caracterizador principal, de uma política feita por um grupo de militares que tomaram o poder mediante um golpe e que apresenta também, outros enfoques, como a economia. Assim, a presente obra busca contribuir com a amplitude do conhecimento acerca do período supracitado através de um apanhado de ideias, opiniões e concepções de publicações anteriores de diversos autores e estudiosos da área. Cursa toda uma trajetória pelo período, desde os precedentes de desencadeio, políticas econômicas e repressão, até o declínio. Ademais, busca incitar a necessidade de se estabelecer sempre uma reflexão sobre o cenário político e suas constantes transformações e de atentar-se a possíveis riscos à Democracia.

Fica, portanto, um convite para a leitura.

**Marcia Silvino Ramalho**

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 01.....</b>	<b>06</b>
-------------------------	-----------

### GOVERNO MILITAR

Joice Gomes Soares

Marcia Silvino Ramalho

**doi: 10.51324/86010886.1**

<b>CAPÍTULO 02.....</b>	<b>32</b>
-------------------------	-----------

### REFORMAS DA DÉCADA DE 60

Flávia Luiz Barboza

Helviana Tathiely Cardoso Reis

**doi: 10.51324/86010886.2**

<b>CAPÍTULO 03.....</b>	<b>37</b>
-------------------------	-----------

### O MILAGRE BRASILEIRO

Claudemiro Pereira

Gladson Elias Dos Santos

**doi: 10.51324/86010886.3**

<b>GLOSSÁRIO.....</b>	<b>47</b>
-----------------------	-----------

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>50</b>
-------------------------	-----------

# Capítulo 01

## Governo Militar

JOICE GOMES SOARES

MARCIA SILVINO RAMALHO

### **Definindo ditadura**

Segundo Seixas (2018, p.3), ditadura é um tipo de governo em que o poder é exercido por apenas um indivíduo ou apenas um grupo e em que muitos dos direitos dos cidadãos, se não todos os direitos, básicos e fundamentais, são totalmente lesados. A centralização do poder ocorre mediante o que se denomina de Golpe de Estado, isto é, quando os Três Poderes são separados, ficando o Legislativo e o Judiciário sob o controle do Executivo, que, por sua vez, pode estender seu domínio e empregar todas as forças de defesa do país a favor do governo.

Dada forma de regime atende às vontades políticas, econômicas e sociais de parte dos indivíduos de uma sociedade. Geralmente, o poder também é tomado por meio da força e há a ruptura das normas jurídicas do Estado. Assim, quando o presidente é deposto, ocorre censura aos canais de informação, retira-se a liberdade de pensamento e expressão dos cidadãos, instaura-se uma repressão contra todos que se opõem à política feita e propagandas positivas em prol do governo passam a ser disseminadas a fim de alienar a população (Seixas, 2018, p.5).

### **Definições, conceitos e características do Governo Militar**

O Governo Militar tratou-se de um regime político brasileiro consequente de um golpe civil-militar ocorrido no dia 1º de abril de 1964 numa manifestação de recusa capitalista às perspectivas de progressos sociais. Essas perspectivas advinham da gestão do Presidente João Goulart

que promovia a igualdade e a supremacia da nação (Lara e Silva, 2015, p. 277).

Dada política valorizava os direitos dos trabalhadores, defendia a reforma agrária, a tributária, a urbana, a educacional e a eleitoral, denominadas também de reformas de base, além da “independência nas relações exteriores” e “tentativa de limitar a remessa dos lucros do capital estrangeiro para fora do país” (LARA E SILVA, 2015, p. 277).

Bechara e Rodrigues (2015, p. 587) caracterizam a conjuntura como “um período de repressão e violência” em que fez-se usufruto do Direito para legitimar o governo. O uso do Direito, inclusive, singularizou o Militarismo Brasileiro dos demais da América Latina. Quanto à retomada democrática que vinha lentamente acontecendo após o Estado Novo, acabou por ser interrompida e instalou-se, então, um violento combate aos direitos humanos.

Havia a influência do pressuposto estadunidense da luta anticomunista que ecoou na forma de um discurso conservador, defensor da família, da liberdade, da soberania do povo e da religião cristã. A mensagem passada era a do combate à corrupção e à devassidão que, na visão dos militares, rodeava os esquerdistas (Bechara e Rodrigues, 2015, p. 588).

O Regime Militar marcou, segundo Nunes et al (2013, p. 23), pelas constantes perseguições a opositores e pela criação de um “robusto aparato jurídico” que tinha por objetivo validar as ações de opressão. Dado aparato sofreu diversas mudanças com a finalidade de solidificar o governo, ressaltando a adesão do Ato Institucional nº 5 no dia 13 de dezembro de 1968, tendo este como precedentes os Atos Institucionais nºs 1, 2, 3 e 4.

O AI-1, instituído em 9 de abril de 1964, teve por finalidade o alicerçamento do golpe. Dotado de um “espírito constituinte”, o artigo 7º desse ato, fez com que os direitos da “vitaliciedade e estabilidade” fossem interditos por 6 meses. Assim, instaurou-se uma apuração precisa que ocasionou o afastamento de diversos funcionários do setor público (JUNIOR, 2013, p. 163).

Em 1965, o poder de julgar aqueles que violassem contra a segurança do País tornou-se jurisdição da justiça militar, as normas para as eleições seguintes foram alteradas, a quantidade de ministros no Supremo Tribunal Federal foi de 11 para 16, instituiu-se a cassação e o impedimento dos direitos políticos e de outros direitos e retirou-se do julgamento do Poder Judiciário as práticas dos grupos de revolução, bem como as ações do governo federal. Isso tudo graças ao Ato Institucional nº 2 de 27 de outubro (Junior, 2013, p. 164).

Em 1966, ano eleitoral, mais precisamente em 5 de fevereiro, foi instituído o Ato Institucional nº3, que estabeleceu as eleições indiretas. Em seguida foi o AI-4, de 12 de dezembro, que chamou o Congresso Nacional para analisar uma nova proposta de Constituição. Assim, decretou-se uma Magna-Carta militarista vigorando na investidura do marechal Arthur da Costa e Silva à presidência (Bechara e Rodrigues, 2015, p. 597).

Apesar do tudo já ocorrido, o momento de maior obscuridade do Governo Militar se deu com o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Foi com ele, de acordo com Junior (2013, p. 167), que quaisquer dúvidas acerca da falta de compromisso dos governantes para com a Lei Maior foram eliminadas e que se consolidou de vez a Ditadura, adotando o presidente como figura central.

O AI-5 tornou válidos os métodos que violavam dos mais simples aos mais importantes direitos, tendo os Atos fora da instância judicial como vantagem. Ademais, concedeu autoridade total ao presidente colocando-o “acima do bem e do mal”, o que é inconstitucional, e deu autonomia ao Executivo para o acometimento das violências (JUNIOR, 2013, p. 167).

Segundo Bechara e Rodrigues (2015, p. 598), o Ato Institucional nº 5 ainda sustou o privilégio do *habeas corpus*, suspendeu a atuação dos Poderes Legislativo e Judiciário, extinguiu direitos políticos, estabeleceu o fim da autonomia da União, dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, limitou a execução dos direitos públicos e privados, cassou mandatos



eletivos, retirou atribuições do Judiciário e fechou o Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.

Gonçalves e Miyamoto (1993, p. 213) caracterizam a ação militar como de natureza calculista, o que a tornou singular das demais já ocorridas. O Regime tomou o comando da política, da economia, da sociedade e puniu, exilou, deteve e coibiu os “rebeldes” de formas diversas. O objetivo do Governo era unificar a sociedade através de seu “monopólio intelectual” e, dessa forma, extinguir quaisquer evidências de oposição ao sistema (FERRARI *et al*, 2009, p.4).

### **Como se deu o Regime Militar**

Vários adventos históricos contribuíram significativamente para a eclosão do Regime Militar. Dentre, estão os efeitos da Revolução de 1930 que ecoaram ao decorrer do tempo. De acordo com Gregório (2007, p. 103), o movimento consagrou pelo surgimento dos direitos trabalhistas, tendo seus ideais sustentados pela premissa do equilíbrio entre as classes, priorizando o melhor para o país.

Almejando o apoio das classes populares, o Populismo acabou por incentivar uma falsa participação na política por meio da integração de associações sindicais com o governo. De consequência, sendo o Estado o responsável pela existência ou não dos sindicatos, muitos desses grupos foram extintos. Assim, para tratar de conflitos entre empregadores e trabalhadores, criou-se o Ministério da Justiça e do Trabalho.

O Sindicalismo como era, se manteve mesmo após a queda de Vargas, sendo utilizado pelos governos posteriores para convencimento da sociedade em prol de apoio. Dessa forma, a estrutura sindicalista permaneceu do seu período de ápice até os anos de 1950-60, especialmente no decurso da gestão de João Goulart até o Regime Militar (GREGÓRIO, 2007, p. 104).

Santana (2008, p. 1) ressalta a importância dos anos de 1950 para a classe trabalhadora. Dada época significou grande progresso nos

movimentos de organização e mobilização conquistados pelos sindicatos com lideranças de associações de comunistas militantes aliadas a trabalhadores, o que possibilitou aos assalariados maior participação social e política.

Destarte, conforme Bechara e Rodrigues (2015, p. 588), a intensificação do êxodo rural, a dívida externa que o país possuía, o débito no orçamento, a inflação alta, o acúmulo de riquezas por parte da sociedade, os conflitos por poder, o cenário político e o crescimento populacional agitaram o povo acarretando um aumento das reivindicações pelos direitos do coletivo.

Outro fator que propiciou o Golpe foi a estagnação econômica que o Brasil vivia desde 1960 motivada pelo denominado Plano de Metas, adotado por Juscelino Kubitschek no ano de 1956. Conforme Bellingieri (2005, p. 1), dada crise seria apenas a primeira a ser enfrentada pelo país durante o período de industrialização. Tinha como características a perda de aplicações, a redução do PIB, o crescimento da inflação e o rombo governamental.

De acordo com Bastos (2014, p. 2), o Plano de Metas tornou internos setores novos de elétrica, mecânica e logística e expandiu áreas de infraestrutura de energia e transporte e de matérias-primas, o que elevou a economia nacional a um nível mais alto de produção, alinhada à velocidade crescente de aperfeiçoamento. Entretanto, indagava-se o modo de integração à DIT (Divisão Internacional do Trabalho) uma vez que a maioria dos insumos essenciais e bens de produção foram gerados internamente, o que ampliou as perspectivas de exportação dos fabricados. Ademais, a autossuficiência do país cresceu diante das instabilidades nas exportações de *commodities*.

Ainda segundo Bastos (2014, p. 2), a finalização do Plano de Metas acompanhava cinco problemáticas macroeconômicas principais que muito dificultaram a administração do país:

1º) A manutenção da procura por produtos e serviços após o sazonalismo das aplicações tendo como consequência um retardo no progresso.

2º) A intensa instabilidade na balança de pagamentos.

3º) A denominada aceleração inflacionária.

4º) O conflito distributivo.

5º) Os débitos fiscais.

Com a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, a presidência foi assumida por João Goulart, que detinha de poucos poderes por imposição do parlamentarismo militar (Bechara e Rodrigues, 2015, p. 589). Conforme já mencionado, dentre as políticas promovidas por Goulart estavam a da valorização dos direitos trabalhistas e das reformas de base, muito defendidas por parte da população o que “desagradou os interesses da burguesia brasileira associada ao capital imperialista” (LARA E SILVA, 2015, p. 277).

O parlamentarismo foi revogado em 1963 dando início a diversas manifestações, promovidas, inclusive, pelo presidente João Goulart. Empresários, membros da Igreja Católica e a parte conservadora da sociedade se opuseram aos protestos alegando necessidade de combater os princípios comunistas que, na visão desse grupo, estavam se ascendendo e pregando contra a ordem e os bons costumes. Assim, em 1964, contando com a contribuição norte-americana e sob o comando do general Olímpio Mourão Filho, militares saíram de Juiz de Fora rumo ao Rio de Janeiro. O episódio pôs o Marechal Alencar Castelo Branco na administração do país (Bechara e Rodrigues, 2015, p. 589).

## **Os presidentes do Governo Militar**

Durante o Regime Militar o Brasil teve quatro presidentes militares: Marechal Humberto Castelo Branco, General Arthur da Costa e Silva, General Emílio Garrastazu e General Ernesto Geisel. Admite-se também uma abordagem sobre João Goulart, que antecedeu o período, e João Figueiredo, que deu continuidade à transição democrática de Geisel permanecendo até o fim do Regime. Conforme Hermann (2005, p. 69), os anos entre 1964 e 1973 se caracterizam “pela continuidade no terreno político, bem como quanto ao modelo de política econômica”, isto é, houve uma determinada similaridade na maneira de gerir.

### **João Belchior Marques Goulart**

Popularmente conhecido como Jango, nasceu em São Borja (RS) em 1º de março de 1919 e faleceu em Dezembro de 1976 na fazenda La Villa, na Argentina, onde havia se exilado após o Golpe. Era Bacharel em Direito, elegeu-se deputado estadual pelo PTB e chegou a ser nomeado Ministro do Trabalho por Getúlio Vargas, quem muito lhe incentivava à carreira política. Foi vice-presidente de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros e assumiu a presidência do Brasil em 1961 após renúncia de Quadros devido a divergências políticas.

De acordo com Delgado (2012, p. 177), João Goulart foi um dos mais importantes líderes trabalhistas que conduziu, com muita propriedade, sua gestão política em prol dos direitos da classe trabalhadora, o que muito se alinhava ao legado progressista de Getúlio Vargas, e por aderir e contribuir com ações que visavam a ampliação da cidadania social e de proteção dos interesses pátrios, ficando a gestão marcada pelas reformas sociais. O mandato de Goulart acabou em 1964.

## **Humberto de Alencar Castelo Branco**

Nasceu em 20 de setembro de 1897 em Fortaleza (CE) e faleceu em 18 de Julho de 1967, vítima de acidente aéreo (CE). Ingressou no Exército em 1918 onde se tornou general em julho de 1962. Foi responsável por articular o Golpe Militar no Brasil juntamente com outros militares, entre eles, general Artur da Costa e Silva, que posteriormente também chegaria a ser presidente.

Castelo Branco um tanto que admirava a política norte-americana e para assumir a gestão do país, em 1964, obteve apoio da parte conservadora da sociedade, a exemplo dos próprios militares e da classe média. Em sua gestão, criou o Serviço Nacional de Informações, fechou partidos, “legalizou” a Ditadura por meio de uma nova Constituição, suspendeu direitos de políticos, inclusive de João Goulart, perseguiu líderes de agremiações sociais e militantes e limitou a liberdade de pensamento e expressão. O governo de Castelo Branco terminou em 1967 e atribuiu à Ditadura a denominação de “anos de chumbo”.

## **Arthur Da Costa e Silva**

Nasceu em Taquari (RS) no dia 3 de outubro de 1899 e morreu no Palácio Laranjeiras (RJ) em 17 de dezembro de 1969. Era general e chegou a ser ministro do Exército no decurso da governança de João Goulart, quando passou a especular sobre O Golpe. Além disso, integrou o grupo militar que administrou o país até o empossamento de Castelo Branco, do qual, posteriormente, seria substituído em 1967, seguindo então até 1969.

O governo de Costa e Silva, não muito diferente do que foi feito por Castelo Branco, caracterizou-se pela tortura dos que se opunham ao Sistema, pelo fim às manifestações livres de opinião, pela extinção de alguns direitos e pela opressão e violência agora constitucionalizadas pelo AI-5, este,

determinado após uma manifestação que matou o estudante Edson Luís de Lima Souto.

### **Emílio Garrastazu Médici**

Nasceu em 4 de dezembro de 1905 em Bagé (RS) e faleceu em 9 de Outubro de 1985 no Rio de Janeiro (RJ). Era general do Exército, apoiou a Revolução de 1930, foi encarregado militar em Washington, comandou o Serviço Nacional de Informações e o 3º Exército do Rio Grande do Sul e esteve na gestão do Brasil de 1969 a 1973.

Durante a governança de Médici a opressão aos grupos resistentes passou a ser ainda mais intensa, imprensa e outros canais informativos foram censurados e presos políticos frequentemente eram judiados. Para controlar os opositores, as ações de contenção cresceram, constituindo então, Departamento de Operações e Informações, denominado DOIs, que por sua vez, eram geridos pelo Comando de Operações de Defesa Interna, o CODI. A propaganda governamental tinha como slogans “Este é um País que vai para frente” e “Brasil: ame-o ou deixe-o”. Assim sendo, o governo Médici se caracterizou como o período mais rígido da ditadura e pelo “Milagre Econômico”.

### **Ernesto Beckmann Geisel**

Nasceu em Bento Gonçalves (RS) no dia 3 de agosto de 1907 e morreu em 12 de Setembro de 1996 no Rio de Janeiro (RJ). Foi apoiador da Revolução de 1930, encarregado militar na embaixada uruguaia, atuou nas tramas que levaram ao Golpe, comandou a Casa Militar por desígnio de Castelo Branco, foi consagrado general em 1966 e presidente do Brasil de 1974 a 1979.

A gestão de Geisel marcou pela lenta substituição do Militarismo pela Democracia Liberal, pelas greves trabalhistas do ABC Paulista, nas quais se

destacava Luiz Inácio Lula da Silva, pelo fim de algumas leis dos Atos Institucionais, pela suspensão das atividades do Congresso devido à objeção de deputados a modificações no Poder Judiciário e pelo chamado “pacote de abril” que, entre outras medidas, propunha eleições indiretas e extensão do mandato seguinte para 6 anos. Contudo, ativistas esquerdistas e grupos religiosos continuavam sendo procurados e reprimidos. Isto posto, Geisel tomou por revogar o Ato Institucional n 5º e em 1979 João Figueiredo passou à administração do país.

### **João Batista de Oliveira Figueiredo**

Nasceu no Rio de Janeiro (RJ) no dia 15 de Janeiro de 1918 e faleceu em 24 de Dezembro de 1999 em São Conrado (RJ). Participou da elaboração do Golpe, comandou o Gabinete Militar durante a administração de Médici, dirigiu o Serviço Nacional de Informações, em 1977 ascendeu como general do Exército e em 1979, tornou-se presidente do Brasil, gerindo até 1985.

Quanto à gestão, caracterizou-se pela grave recessão econômica e pelo seguimento à ideia de Geisel de abrir o Regime, assim, no mesmo ano de tomada do poder, aprovou a Lei da Anistia e a denominada Lei Orgânica dos Partidos. Figueiredo foi o último general do Militarismo a governar o país e se popularizou pela polêmica frase proferida: “É pra abrir mesmo e quem quiser que não abra, eu prendo e arrebento”.

### **Os terrores do Regime**

Tem-se que o Regime Militar, embora também tratasse de uma suposta contenção ao Comunismo ascendente e de uma política anticorrupção, marcou mesmo pela tamanha opressão a opositores do governo. Durante os 21 anos em que esteve instaurada no país, a Ditadura, fazendo usufruto de ações violentas, caçou, deteve, deportou, torturou e

eliminou divergentes do sistema, interferiu em associações sindicais e encarregou do sumiço de inúmeras pessoas. Até hoje, vários dos males cometidos estão sem solução e condenação (Lara e Silva, 2015, p. 278).

Para instaurar dada repressão, os militares fizeram uso de um instrumento originário no encerro da Segunda Guerra Mundial e que teria se fortalecido no contexto da Guerra Fria com a bipolarização do mundo. Trata-se da Doutrina de Segurança Nacional, que pregava a adoção de um lado entre o Comunismo e o Capitalismo e sem abstenção, subtendendo assim, a presença de vestígios comunistas em todos os países. Os princípios da DSN ainda teriam fundamentado o Golpe (De Angelo, 2011, p. 44).

De consequência, viu-se que os embates ideológicos poderiam se transformar em lutas armadas e de caráter alienador capazes de causar o enfraquecimento do governo a depender dos ideais mais defendidos, isto é, o lado com menor quantidade de simpatizantes muito possivelmente se empenharia em impor suas ideias sobre o antagonico. Assim, segundo De Angelo (2011,p. 44), manifestou-se a ideia de criação de um “Estado militar absoluto”, no qual o líder ou os líderes eram responsáveis por estipular o que deveria ou não ser combatido.

Na Ditadura Brasileira, a Doutrina de Segurança Nacional contribuiu, de certa forma, para a ideia que os militares tinham de acabar com a “desordem” e, para isso, alguns aparatos de repressão foram montados. Um desses aparatos era o Sistema Nacional de Informações (SISNI), que vigiava detalhadamente a vida de cada cidadão, das predileções políticas à orientação sexual. O general-presidente tinha livre acesso a todo esse material e o indivíduo poderia ser eliminado ou escrachado. O SISNI contava ainda, como elemento central, com o Serviço Nacional de Informações (SNI) (De Angelo, 2011, p. 54).

Outro dos aparatos de repressão usados no Regime Militar era o Sistema de Segurança Interna do País (SISSEGIN), que, segundo De Angelo (2011,p. 53), cuidava para que os rebeldes fossem devidamente presos e interrogados. Em sua construção, foram criados o Centro de Operações de



Defesa Interna (CODI) e o Destacamento de Operações de Informações (DOI), postos a comando de um chefe do Exército. O CODI elaborava, coordenava e efetuava as operações de defesa e o DOI realizava, por assim dizer, a parte hedionda da repressão. Juntos, formavam o DOI-CODI, que “se tornou sinônimo de violência militar” (SEIXAS, 2018, p. 13).

Assim, após um período da opressão, foram criados covis onde discordantes do Regime eram torturados e mortos. Desses lugares, um dos mais conhecidos era a Casa da Morte de Petrópolis, pertencente a um ex-agente da espionagem nazista. Quanto às técnicas de tortura, eram ensinamentos dos nominados Esquadrões da Morte, que, em suas ações, executavam inúmeras pessoas. O objetivo desses grupos era usar o combate bruto como forma de advertir os rebeldes, portanto, muitas vezes, as violências eram levadas a conhecimento geral (Seixas, 2018, p. 13).

## **Vítimas da Ditadura**

Um dos grupos mais conhecidos a sofrer com o Governo Militar foi a classe artística. Várias obras foram censuradas e vários artistas foram perseguidos pelo Regime. Segundo Seixas (2018, p. 11), muitos chegaram até a serem torturados e presos, isso devido ao poder de pensar que a arte possui. Apesar da opressão e da censura, esses profissionais não deixaram de exercer seus trabalhos e, de forma velada, passaram a transmitir mensagens de otimismo e que questionavam o contexto.

A seguir estão representadas algumas das inúmeras vítimas do Regime Ditatorial, entre eles, profissionais das artes, jornalistas e militantes.

### **Caetano Veloso**

É um cantor e compositor brasileiro e um dos iniciadores da Tropicália. No Período Militar usava suas canções para expor as violências cometidas

pelo Regime e, como consequência disso, foi exilado. Quando retornou ao Brasil, foi convocado a dar explicações sobre uma de suas canções e acabou sendo preso.

### **Paulo Coelho**

É um famoso escritor brasileiro. Durante o Regime, sua residência foi alvo de invasão de militares, submeteram-no a interrogatório, tiraram várias fotos, prenderam-no e o torturaram. Coelho era compositor na época e após sua soltura, foi novamente preso e, mais uma vez, sofreu tortura, isso devido à canção intitulada *Sociedade Alternativa*, que fez em parceria com Raul Seixas.

### **Edson Luís de Lima Souto**

Tinha 18 anos de idade e na época do Regime cursava o segundo ano. Foi morto pela polícia durante um protesto contra a ocupação do restaurante Calabouço, local onde estudantes com pouco dinheiro frequentavam para fazer as refeições.

### **Mario Schenberg**

Foi um dos mais famosos físicos brasileiros. No contexto do Ato Institucional nº 5, foi detido e obrigado a afastar-se do seu trabalho, juntamente com outros 40 professores universitários. A prisão do cientista desencadeou inúmeras manifestações de indignação por parte de diversos outros estudiosos, do Brasil e também do mundo.

## **Moreira Lima**

Foi um dos integrantes da junta de militares do Exército designados a combater na Segunda Guerra Mundial. Ganhador de diversas condecorações, chegou a se tornar brigadeiro. No período ditatorial, ele e seus familiares foram caçados, prenderam-no, torturaram-no e o obrigaram a se afastar do trabalho.

## **Edson Celulari**

É ator brasileiro muito famoso pelo seus diversos papéis e interpretações galantes, principalmente em novelas. Cursava teatro na Escola de Comunicações e Artes durante o Militarismo e também não escapou das mãos dos agentes da repressão. Foi pego pelo Departamento de Ordem Política e Social, siglado DOPS, onde foi fichado e fotografado.

## **Gilberto Gil**

É um renomado cantor e compositor brasileiro e um dos iniciadores do Tropicalismo. Na Ditadura, além de ter suas canções censuradas, também foi detido e condenado ao exílio, inclusive, junto a Caetano Veloso. Em uma parceria com Chico Buarque fez umas das músicas mais emblemáticas do período, intitulada Cálice.

## **Vladimir Herzog**

Foi um ilustre diretor de jornalismo da TV Cultura e uma figura de fama nacional. Durante o Regime Militar, foi submetido a interrogatório e torturas, sendo em seguida, morto. Dado atentado obteve grande repercussão e expôs as tamanhas atrocidades cometidas contra os militantes nos denominados

porões da Ditadura. Para manter viva a história do jornalista, fundou-se o Instituto Vladimir Herzog, entidade que busca chamar atenção para problemáticas socioeconômicas presentes na sociedade brasileira.

### **Milton Nascimento**

É um cantor e compositor brasileiro. Na conjuntura da opressão, recebeu notoriedade por acusar o Regime de racismo, como consequência, acabou sendo obrigado a retirar as denúncias sob alegação de que a imagem positiva que o Governo queria transmitir poderia ser comprometida. Seu álbum, o *Milagre Dos Peixes*, sofreu total censura a ponto de serem lançadas apenas as melodias das canções.

### **Fernando Henrique Cardoso**

É um ex-presidente do Brasil, tendo gerido de 1995 a 2003. No entanto, antes de chegar à administração do país, foi professor de Ciências Políticas e no contexto da Ditadura, sofreu exílio e, como muitos outros docentes, fora obrigado a afastar-se de sua ocupação.

### **Chico Buarque**

É um cantor, dramaturgo, compositor, escritor e um dos pioneiros do Movimento Tropicalista. No tempo do Regime Militar, a peça escrita por ele, intitulada *Roda Viva*, teve seus artistas agredidos logo nas primeiras apresentações. Devido à obra, Chico Buarque acabou condenado ao exílio.

## **Miriam Leitão**

É uma jornalista, escritora e apresentadora. Foi militante durante o Regime e, devido a isso, foi detida e torturada, estando constantemente, sob ameaças de estupro, outro artifício de tortura dos agentes da repressão. Na época, Miriam tinha 19 anos e esperava um bebê de apenas um mês.

## **Raul Seixas**

Foi um cantor e compositor ilustre. Na Ditadura, os executores das ações de opressão chegaram a procurar em sua residência evidências que comprovassem a existência da sociedade alternativa enunciada na canção de mesmo nome, feita por ele e Paulo Coelho. Embora assim, o artista passou a compor músicas com letras ambíguas, veladas e passíveis de diversas interpretações. Tratava-se de um modo de transmitir suas mensagens, criticar o sistema e enganar os censores.

## **Maria Amélia de Almeida Teles**

É uma ex-militante da época da Ditadura. Foi torturada junto ao esposo e seu companheiro de militância, o qual foi morto pelos militares. Seu algoz foi o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra que chefiava o DOI-CODI de São Paulo. No ano de 2008, a família levou o coronel à justiça, tornando-o primeiro militar a ser declarado como torturador.

## **Stuart Angel**

Era atleta de remo, estudante de Economia e militante. Foi torturado e morto pela Ditadura. Seu cônjuge teve o mesmo destino. **Zuzu Angel**, famosa estilista e mãe do jovem, dedicou anos à procura do corpo do filho até o dia

em que perdeu a vida em um “acidente” de trânsito. Muito posteriormente, inferiu-se que se tratou de um assassinato, entretanto, os responsáveis nunca foram pegos. O corpo de Stuart também nunca foi achado.

## **Os tipos de tortura**

**Pau-de-Arara:** Tratava-se de uma barra de ferro ou de madeira erguida onde o prisioneiro, com as mãos e os pés atados, era pendurado de cabeça para baixo através das dobras dos joelhos. Normalmente, esse método era utilizado junto a outros elementos e acessórios a fim de tornar as sessões de tortura ainda mais dolorosas e brutais, como choques, inserção de produtos químicos no nariz e de mangueiras de água na boca.

**Cadeira do Dragão:** Era um assento forrado por folhas de zinco ligado a fios elétricos onde o prisioneiro era posto nu e com um balde de metal como capacete. Por seguinte, o indivíduo recebia choques em todo o corpo, sobretudo nas partes íntimas e, em muitas vezes, era forçado a engolir uma certa porção de sal a fim de intensificar a corrente elétrica que, na língua, causava cortes decorrentes das contorções.

**Geladeira:** O indivíduo era colocado nu numa sala pequena, escura e, como o próprio nome sugere, fria. Geralmente as paredes eram pintadas de preto para aumentar a escuridão no interior do local e animais, como cobras e ratos, eram colocados lá dentro para desespero do preso. Além disso, o lugar possuía um sistema que proferia sons altos e irritantes capazes de causar lesões auditivas e até mesmo alucinações. Na cela, os prisioneiros eram mantidos por vários dias sem beber e/ou comer.

**Afogamento:** O preso tinha o nariz tampado e era forçado a engolir uma grande quantidade de água por meio da introdução de uma mangueira na boca. A mangueira também podia dar lugar a um tubo de borracha ou a um pano molhado. Outra técnica de afogamento era imergir a cabeça do indivíduo em um recipiente com água, sendo utilizado também, em algumas situações, até dejetos.

**Produtos químicos:** Substâncias químicas eram injetadas nos presos, geralmente para causar desconforto. Os agressores, muitas vezes, utilizavam o pentotal sódico, uma espécie de soro da verdade, para fazer com que os prisioneiros revelassem planos e locais secretos usados como abrigo de militantes. Ácido também costumava ser utilizado no corpo dos indivíduos, inclusive, na face.

**Agressões:** Os presos eram submetidos a várias sessões de espancamento que, obviamente, eram acompanhados de socos, tapas e pontapés. Normalmente eram as primeiras torturas que os prisioneiros sofriam, começando logo na captura. Além das surras, os torturadores também faziam o uso de demais aparatos para lesionar fisicamente as vítimas, como, descargas elétricas de 100 volts; palmatória; tapas com as mãos nos ouvidos do preso, o que poderia causar surdez; empalamento com bastões banhados em pimenta; estupros; extração de unhas e dentes; perfuração de dedos por agulhas; equilíbrio em latas de alumínio cortadas, entre outros.

**Ataques psicológicos:** A tortura física por si só, já causava perturbações e transtornos mentais no indivíduo. Entretanto, haviam métodos especiais para desestabilizar o prisioneiro, a exemplo de ameaças de perseguição, tanto à vítima quanto à familiares da vítima.

## **Relatos de torturados**

### **Dilma Rousseff (ex-presidente da República)**

“Eu conheci o Ustra dentro da Operação Bandeirantes. Eu fui presa em janeiro de 1970, quando a Oban era chefiada por outro militar. Ustra chegou depois. Um dia, eu já ia sair da cadeia, eu o encontrei. O Ustra já era o Ustra. Já tinha matado gente. Ele me disse: “Se você voltar, você vai morrer com a boca cheia de formiga.” Portanto, eu sei bem quem ele é.” [...] ‘Eu vou esquecer a mão em você. Você vai ficar deformada e ninguém sabe que você está aqui. Você vai virar um ‘presunto’ e ninguém vai saber’... Tinha muito esquema de tortura psicológica, ameaças [...] Você fica aqui pensando ‘daqui a pouco eu volto e vamos começar uma sessão de tortura’. E lembro também perfeitamente que me botaram numa cela. Muito estranho. Uma porção de mulheres. Tinha uma menina grávida que perguntou meu nome. Eu dei meu nome verdadeiro. Ela disse: ‘Xi, você está ferrada’. Foi o meu primeiro contato com o ‘esperar’. A pior coisa que tem na tortura é esperar, esperar para apanhar.”.

Fonte: Retirado do site Aventuras na História - AH - do portal de notícias UOL.

### **Miriam Leitão (jornalista)**

“O homem de cabelo preto, que alguém chamou de Dr. Pablo, voltou trazendo uma grande, assustadora, que ele botou no chão da sala, e antes que eu a visse direito apagaram a luz, saíram e me deixaram ali, sozinha com a cobra. Eu não conseguia ver nada, estava tudo escuro, mas sabia que a cobra estava lá. A única coisa que lembrei naquele momento de pavor é que cobra é atraída pelo movimento. Então, fiquei estática, silenciosa, mal respirando, tremendo. Era dezembro, um verão quente em Vitória, mas eu tremia toda. Não era de frio. Era um tremor que vem de dentro. Ainda agora, quando falo nisso, o tremor volta. Tinha medo da cobra que não via, mas que



era minha única companhia naquela sala sinistra. A escuridão, o longo tempo de espera, ficar de pé sem recostar em nada, tudo aumentava o sofrimento. Meu corpo doía.”

Fonte: Retirado do site Huffpostbrasil, matéria de Marcella Fernandes.

### **Amelinha Teles** (ex-militante do PCdoB)

“Eu fui espancada por ele [coronel Ustra] ainda no pátio do DOI-Codi. Ele me deu um safanão com as costas da mão, me jogando no chão, e gritando ‘sua terrorista’. E gritou de uma forma a chamar todos os demais agentes, também torturadores, a me agarrarem e me arrastarem para uma sala de tortura”. [...] “Ele, levar meus filhos para uma sala, onde eu me encontrava na cadeira do dragão, nua, vomitada, urinada? Levar meus filhos para dentro da sala? O que é isto? Para mim, foi a pior tortura que eu passei. Meus filhos tinham 5 e 4 anos. Foi a pior tortura que eu passei”.

Fonte: Retirado do site Aventuras na História - AH - do portal de notícias UOL.

### **Gilberto Natalini** (poeta e médico)

“Tiraram a minha roupa e me obrigaram a subir em duas latas. Conectaram fios ao meu corpo e me jogaram água com sal. Enquanto me dava choques, Ustra me batia com um cipó e gritava me pedindo informações”. [...] “A tortura comprometeu minha audição. Mas as marcas que ela deixou não são só físicas, mas também psicológicas.”.

Fonte: Retirado do Aventuras na História - AH - do portal de notícias UOL.

## **O fim do Regime**

No fim dos anos 70, a Ditadura introduziu um processo gradual de abertura. Todavia, era apenas um modo de fazer com que os governos permanecessem congruentes com as pretensões do Exército, dispensando

assim, um militar na presidência, ou seja, abrir o Regime não significaria o início de uma política mais democrática. Apesar disso, a força dos opositores e a insatisfação do povo fez com que o plano de abertura fosse arruinado (Neves, 2019).

Uma das ações tomadas para a abertura do Governo foi a Anistia. Idealizada pela advogada Therezinha Zerbini do MFPA (Movimento Feminino pela Anistia), autorizava o regresso dos exilados ao Brasil e perdoava os abusos que foram praticados contra os que divergiam do sistema. Teles (2010,p. 71) atribui a origem da lei aos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs) que, além de exigirem os devidos esclarecimentos dos crimes, também planejavam enfraquecer ainda mais o Regime.

Um grande número de pessoas passou a apoiar a Anistia, desencadeando uma grande mobilização. Diversos protestos se disseminaram pelo país. O mais famoso, de acordo com Corrêa (2017), foi o de 1979, quando torcedores da Gaviões da Fiel levantaram uma enorme bandeira com o bordão “anistia ampla, geral e irrestrita” durante uma partida de futebol entre Santos e Corinthians, no Morumbi. O ato obteve grande repercussão, ganhando destaque em vários meios de comunicação. A lei foi aprovada no mesmo ano e também no mesmo ano ocorreu a anulação do Ato Institucional nº 5.

Outro marco da abertura do Governo Militar foi o movimento do “*Diretas Já!*”. Este, adverso ao que já havia ocorrido anterior à gestão de João Figueiredo, contou com expressa participação de combatentes exilados pelo Regime que regressaram ao Brasil, consequência da Anistia (De Angelo,2011,p. 169). Segundo Seixas (2018,p. 18), o povo almejava o direito ao voto direto.

Contudo, até dado momento, haviam apenas dois partidos: o Arena (Aliança Renovadora Nacional), defensor do sistema ditatorial e que se tornaria o PDS (Partido Democrático Social), e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), da oposição e que se tornaria o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Dessa forma, mais um elemento que

caracterizou a flexibilização da então política foi a volta do multipartidarismo e a criação de novos partidos, como o PT (Partido dos Trabalhadores), o PDT (Partido Democrático Trabalhista) e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) (Neves, 2019).

É válido destacar a atuação do Partido dos Trabalhadores no Regime Ditatorial. Conforme De Angelo (2011,p. 169), o partido foi essencial para que os militantes da Esquerda Armada se juntassem aos demais ativistas opositores do sistema. Ademais, o PT participou ativamente do movimento do “*Diretas Já!*” e recebeu, escondeu e abrigou muitos que se integraram ao combate armado.

No entanto, embora tenha tomado grande proporção, o movimento em prol do voto direto acabou fracassando após pleito. Isto fez com que políticos divergentes do Governo convocassem uma Assembleia Nacional Constituinte a fim de se elaborar uma nova Constituição. Ao mesmo tempo, José Sarney, que fora candidato pelo partido da Ditadura, passava de vice à gestão imediata do país devido ao falecimento do então eleito, Tancredo Neves.

Por seguinte, se feita boa análise, numa tentativa de se promover, Sarney, dizendo-se apoiador da Democracia, solicitou eleição para uma Constituinte popular (Seixas, 2018, p.19). Assim, em 1988, Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia, outorgou a nova Constituição e, para fim definitivo do Regime, a Carta devolveu aos cidadãos brasileiros os direitos que lhes foram tirados.

## **Como era a economia**

Muitos acreditam que o Governo Militar representou um período de crescimento econômico, o que muito é utilizado como argumento dos defensores do sistema. Entretanto, trata-se do oposto, uma vez que após o fim da Ditadura o cenário econômico brasileiro era de completa estagnação. O País possuía dívidas, altas taxas de inflação e muitas desigualdades (Neves, 2019).

De acordo com Napolitano (2017), a economia do Regime pode ser dividida em pelo menos 4 fases diferentes:

1ª ) 1964 a 1967: Momento PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo). Caracterizou pela estagnação da economia, pelos esforços em controlar o sobrepreço (inflação), pelo déficit orçamentário e pelo ajustamento do salário dos trabalhadores.

2ª ) 1968 a 1973: Estágio denominado de Milagre Econômico. Se destacou pelos projetos de infraestrutura e construções públicas, pelos débitos do Governo e pela expansão da economia mediante aumento do crédito ao consumidor, isto é, concessão de empréstimo às pessoas.

3ª ) 1974 a 1980 : Marcou pelo fortalecimento das denominadas indústrias pesadas, pela variação das fontes de energia com a inclusão do petróleo e da energia nuclear e pelo aumento das dívidas do Regime.

4ª ) 1980 a 1985 : Caracterizou pela recessão e pelos esforços de reduzir seus impactos por meio da contenção das taxas de inflação e dos débitos externos.

Segundo Gonçalves e Miyamoto (1993, p. 211), a ideia dos militares era usufruir de um aparato de doutrinação capaz de solucionar os conflitos entre capital e trabalho e dessa maneira, viabilizar o progresso da Pátria. Já no âmbito das relações exteriores, propunham um programa que pressupunha uma drástica mudança, onde, a doutrina instituída tornaria o Brasil uma poderosa nação, reconhecida, respeitada e bem relacionada.

# Capítulo 02

## Reformas da década de 60

FLÁVIA LUIZ BARBOZA

HELVIANA TATHIELY CARDOSO REIS

### Definições, conceitos e características das Reformas

Na década de 60, ocorreram no Brasil algumas reformas. Os participantes destas buscavam transformações e direitos. Hermann (2005, p.69) afirma que as reformas estruturais tiveram início em 1964, tendo como foco as estruturas tributárias e financeiras. Com essas reformas houve a complementação do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) no mercado de trabalho, e isso vem sendo aplicado até os dias de hoje.

A Reforma Tributária visava aumentar a arrecadação do Governo e a racionalizar o sistema tributário. Com esse recurso os impostos de baixa relevância seriam eliminados e a economia teria seu crescimento incentivado. Essa reforma teve como característica o caráter centralizador, o qual limitava tanto o estado quanto o município a abrir mão sobre tributações. Quanto à Reforma Financeira, o objetivo era complementar o SFB (Sistema Financeiro Brasileiro) de maneira que o mercado de industrialização fosse sustentado de forma não inflacionária.

Outra reforma do período foi a universitária que, de acordo com Lima e Favaro (2017), aconteceu em 1968, e marcou pela repressão de um poder centralizador e ditatorial. O intuito desse movimento era a necessidade de adequar as instituições a um novo modelo de organização social, modelo este que incentivou a intensificação do ingresso do capital e da tecnologia estrangeiros no Brasil.

Houve ainda a Reforma Agrária que tinha como proposta corrigir os

problemas da terra (Silva, 1982, p. 49). O projeto foi encaminhado ao Congresso por Castelo Branco e tinha como pontos relevantes; promover justa distribuição da propriedade com igual oportunidade; honrar os compromissos internacionais respeitando sua particularidade e reforma agrária; propiciar justiça social aos legionários assalariados, parceiros, arrendatários e posseiros que não desejavam a terra de outros proprietários; viabilizar a concorrência com produtos de exportação mais diversificados; equilibrar a migração entre campo e cidade; fixar núcleos de atividades permanentes para regular o trabalho nacional no campo; e modernizar a política agrária no país.

### **Motivo das Reformas**

Furtado (1962, p. 33), afirma que existem inúmeras dificuldades ao completo funcionamento do Estado. A diminuição das contradições e desigualdades materiais dentro de uma economia subdesenvolvida seria uma barreira para a atuação do projeto nacional. Um dos maiores bloqueios era a diferença entre o urbano e o rural visto que o trabalhador do campo não gozava dos benefícios do desenvolvimento econômico. Por isso a importância de reformas agrária, fiscal, bancária e administrativa.

### **Plano Trienal e Reformas de Base**

Em 1961, Jânio Quadros, o “Carismático Homem da Vassourinha”, adorado pela população, anticomunista e capitalista, assume a Presidência da República e deixa o posto sete meses depois. No período que exerceu cortou gastos públicos e tomou outras medidas inusitadas como proibição de brigas de galo e uso de biquínis em praias.

Apesar de querido por boa parte da população, Quadros não possuía apoio do Congresso. Sua renúncia deu ênfase aos problemas existentes entre as lideranças políticas. Havia uma deterioração no meio institucional visível, isso

causou polarização não apenas no governo, mas também na economia, o que deu início a uma crise.

Em 1962, houve um declínio tanto no crescimento das indústrias quanto no crescimento do PIB, que caiu pela metade (Giambiagi et al, 2011). Na análise de alguns economistas, o alto investimento no Plano de Metas levou a esse descontrole, a produção de bens teve continuidade e a demanda estacionou, e com a renda a menos não teria o giro de capital necessário para gerar circulação da economia.

Furtado (2015) em sua análise econômica, fala que classes conservadoras permaneceram em seus processos produtores agrários antigos em uma aversão à industrialização, causando um retardo produtivo na terra, altos custos dos produtos e baixa qualidade de vida. Assim, o Plano Trienal foi criado com expectativa de estabilização político, econômico e social, com dois principais objetivos: controlar a inflação e retornar ao crescimento econômico.

No governo de Kubitschek a população se encontrava em contenda e o governo político em uma estabilidade aparentemente harmoniosa. O povo gritava pelas Reformas de Base pelas ruas. Furtado sugeria, primeiramente, um saneamento econômico. A briga entre dois grupos pela posição de poder impedia um consenso nas decisões e a desordem na economia evitava a estabilização econômica.

Em 1963, a inflação alcançou histórica marca anual de 83,25%. A desordem política gerada por conflitos vedava a inserção de um plano econômico, agravando cada vez mais a crise instalada. Quanto ao PIB, apesar da alta (10% ao ano) a população enfrentou um crescimento cada vez maior de desigualdade social.

## **Plano de Ações Econômicas do Governo**

O PAEG foi um programa de ajuste fiscal, com base em metas de aumento da receita e de contenção de despesas governamentais. Esse

programa foi uma das primeiras medidas adotadas pelo Governo Militar e tinha como meta reprimir o processo inflacionário brasileiro, propiciando o crescimento econômico.

Segundo Assunção (2010, p. 7), o PAEG tinha como objetivo; agilizar o desenvolvimento econômico interrompido em anos anteriores; refrear, de maneira gradual, a inflação, contendo assim os preços nos anos de 1964 e 1965 e estabilizando os mesmos a partir de 1966; aliviar os desníveis econômicos setoriais e regionais, assim como as tensões criadas pelos desequilíbrios sociais, buscando melhoria das condições de vida; assegurar oportunidades de emprego produtivo à mão de obra que continuamente aflui no mercado de trabalho e; corrigir a tendência a déficits descontrolados do balanço de pagamentos, que ameaçam a continuidade do processo de desenvolvimento econômico.

No decorrer do ano 1963 e o início de 1964, a economia brasileira operou em verdadeiro estado de desemprego acompanhado do aumento da inflação. Durante o período de 1957-62, o PIB brasileiro teve um crescimento de 8,8% (ao ano) e em 1963, o PIB caiu para 0,6%. Já a inflação elevou-se da média de 32,5% (ao ano) para 79,9% em 1963. Esse seria o quadro da política econômica no início do governo de Castelo Branco (Giambiagi et al, 2011).

Giambiagi (2011, p. 51) considera que a responsabilidade do aumento inflacionário cabe aos déficits governamentais e à constante cominação salarial. Os déficits incrementavam a amplificação dos meios de pagamento que, por sua vez, corroboravam com os aumentos de salários. Esse diagnóstico inspirou as principais medidas do PAEG. Em 1964, a estabilidade inflacionária, claro que gradativa, alcançou 90%. Em 1967, passou para 30%. Resultados assertivos comparados aos anos anteriores.

O PAEG em uma visão econômica foi proveitoso. A baixa na inflação foi um fato a se celebrar, as reformas institucionais deram cara moderna ao país e engatou-o em uma nova fase de desenvolvimento econômico e político. Porém, houveram custos e quem acabou pagando mais por isso foi



à população de classe baixa. Os altos custos e exploração de trabalho foram penalidades dolorosas que recaíram sobre o povo.

## **O Milagre Brasileiro**

O Milagre Brasileiro pode ser considerado o estágio que se obteve resultados positivos da implantação do PAEG, além da estabilidade anual do PIB junto à produção industrial. Após momentos labutastes a economia começou a ressurgir na tabela de crescimento no período da Ditadura. O crescimento se evidenciou em 1968 com o salto do Produto Interno Bruto.

A entrada densa de capital externo possibilitou esse momento de glória, o país se expande ao comércio internacional. O montante foi investido na construção e modernização de indústrias, energia e infraestrutura. Os métodos remetem referências ao Plano de Metas do início da década de 60. Isso resultou em mais oferta de empregos e consumismo da classe alta e média, ou seja, beneficiou quem já era beneficiado, e a classe pobre acabou por decair mais do que já estava.

O capital externo possibilitou a implantação de muitos propósitos feitos pelo governo, capital esse que era emprestado. Esse gasto desordenado de dinheiro, que não era interno, gerou problemas posteriormente, a inflação tempos depois (pós Milagre) voltou a subir. Tal ação gerou uma dívida crescente ao longo de anos, que tardou a ser quitada.

# Capítulo 03

## O milagre brasileiro

CLAUDEMIRO PEREIRA

GLADSON ELIAS DOS SANTOS

O Brasil viveu, entre os anos 1968 e 1973, um acelerado crescimento econômico e de infraestrutura representados pela expressão “Milagre Brasileiro”, fato que se deu dentro de um período de ditadura militar no país. Conforme Cano (2004), esse desenvolvimento foi possibilitado devido altíssimas taxas de crescimento do PIB (9,3%) e indústria (12,5%), além de elevação da taxa de investimento e emprego.

Os fatores que antecederam esses acontecimentos na economia são, resumidamente, a política econômica de recuperação implantada pelo governo Vargas (1930-1945), que acelerou a transição de mercado nacional exportador para industrialização, além da integração do mercado nacional, pois até 1929 a economia brasileira era constituída de economias regionais; sendo que o país já vivia um período de grandes mudanças institucionais caracterizadas pela modernização estatal e legislação social.

Um grande aumento na urbanização e crescimento demográfico marcaram o período de 1945 a 1955, gerando pressão na agricultura e iniciando o êxodo rural, notando-se ao final desse período um maior avanço estrutural na indústria. No período de 1956 a 1960, com o governo sob comando de Juscelino Kubitschek, destaca-se a instituição de lei disciplinadora de entrada de capital de risco no país, concedendo subsídios, além de nova lei tarifária que eleva as margens de proteção para indústria.

O plano de metas desse governo, que incluía fortes investimentos nas áreas de energia, transportes, indústria e a construção de Brasília, a princípio teve efeitos positivos, como o crescimento do PIB (taxa média anual de 7,9%) e da indústria (de 10% ao ano), e ampliou o segmento da classe média. Porém, a dependência do país ao capital externo para realização dos investimentos posteriormente criou dificuldades nas finanças públicas e

inflação, que se intensificaram nos anos seguintes levando à crise econômica e política de 1962-1967, que a direita reacionária utilizou como motivo para desencadear o Golpe Militar de 1964.

Algumas medidas adotadas pelo Estado autoritário implantado prepararam o cenário para o advento do chamado “Milagre Brasileiro”. Segundo Cano (2004), foram elaboradas reformas institucionais e econômicas como a reforma tributária, a criação do Banco Nacional da Habitação para financiamento de política habitacional e a assinatura de acordo com governo norte-americano referente à Garantia de Investimento.

Como a Ditadura controlava politicamente o Congresso Nacional, conseguiu-se realizar a Reforma Tributária sem dificuldades, melhorando a capacidade fiscal do estado e possibilitando a ampliação de incentivos fiscais, cambiais e financeiros que foram concedidos ao capital em âmbitos regionais e de setores específicos.

Essas medidas levaram o país a um desempenho econômico extremamente satisfatório, melhorando consideravelmente a performance do setor industrial, com destaque para o mercado automobilístico, bens intermediários, chegando a ocorrer insuficiência de oferta de alguns itens, além da indústria têxtil. A combinação desses fatores levaram a expressivo crescimento nos níveis de emprego (Macarini, 2000).

Ainda com relação a esse período de desenvolvimento econômico e estrutural:

No início do período, os mecanismos de recuperação propiciaram um enxugamento da grande capacidade ociosa existente ao final do Programa de Metas. A produção industrial cresceu em todos os seus compartimentos. Na indústria de construção civil, pelo novo esquema financeiro e pelo maior atendimento à demanda da classe média. [...] A de bens de consumo não durável se recupera em grande parte devido à considerável expansão de suas exportações e à retomada do nível de emprego da economia (CANO, 2004)

## O crescimento

Segundo Veloso et al (2008 p. 232), no Brasil, o crescimento médio de renda *per capita* nos anos de 1962 a 1967, era de 2,1%. Já de 1968 a 1973 era de 7,9%. Além do crescimento da renda *per capita* os níveis de inflação baixaram consideravelmente durante esses 6 anos, refletindo na queda do consumo do governo em relação ao PIB. Investimentos externos também contribuíram para esse crescimento acelerado, transformando o Brasil no oitavo país mais rico no mundo.

Assim como a renda *per capita*, outros indicadores macroeconômicos tiveram um balanço positivo se comparado com o período antes do Milagre Econômico, como a taxa de crescimento em exportações, a taxa de crescimento em importações, o saldo de balança comercial, a dívida externa líquida e o saldo de balanço de pagamentos (Veloso et al, 2008 p. 224).

Apesar do grande crescimento de renda no país aumentou-se mais a taxa de desigualdade social, já que esse crescimento chegou às classes médias e altas mas não chegou até os pobres, ou seja, a diferença entre as classes ficou maior e isso é um indício que o crescimento não aconteceu de maneira ordenada.

## Obras e feitos grandiosos

Durante esse período o Governo investiu pesado em obras grandiosas ou “Obras faraônicas”, segundo a imprensa da época. Houve a criação de algumas empresas estatais e algumas obras na área de transportes, como a criação da Transamazônica (BR-230), que nunca foi concluída e tinha por objetivo ligar a fronteira peruana até o Atlântico.

A ponte Rio-Niterói foi a maior ponte do planeta com vigas de caixão, símbolo da modernidade. Houveram ainda, investimentos no setor energético com a criação das usinas de Tucuruí (PA), Balbina (Presidente Figueiredo-AM) e Itaipú (Foz do Iguaçu-PR), essa última seria a maior usina hidrelétrica

do mundo até 2008, além das usinas nucleares localizadas em Angra dos Reis (RJ).

O Governo tinha como missão transformar o Brasil em uma potência mundial. O lema era “Brasil Grande”, transmitindo um espírito de patriotismo. Diversas propagandas mostravam as obras e feitos do governo com muito orgulho, além de explorar bem a conquista da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 1970.

### **Consequências do crescimento acelerado**

Segundo Veloso et al (2008, p. 243), um erro do governo foi tentar fazer um crescimento econômico tão acelerado em tão pouco tempo, tendo em vista a situação de crise, o que geralmente acontece na maioria dos casos. Isso criou um dilema sob o ponto de vista da economia política. Outra questão foi a desaceleração do crescimento econômico em 25% nos anos de 1974-83, tendo influência do ambiente externo.

De acordo com Cano (2004), o Brasil exportou apenas 40% do que importou, o que causou um desequilíbrio do balanço de pagamentos. A crise do petróleo ainda aumentou as dívidas externas do país: de 6.6 bilhões de dólares em 1971 para 17.2 bilhões de dólares em 1974. Como consequência dos empréstimos, débitos e planos irrealistas do governo, veio a inflação.

O governo de 1976, vendo os resultados daquela euforia do início dos anos 70, tentou, de várias formas, frear a inflação, já que em 1979 veio a segunda crise do petróleo e, com isso, as dívidas externas começaram a ter juros altíssimos. Os maiores juros eram dos Estados Unidos. A inflação só seria freada com o plano real em 1994, 20 anos depois. Antes disso, a população usava o dólar para dar valor aos produtos já que o dinheiro brasileiro variava quase que diariamente.

## SUGESTÕES DE CONTEÚDO

### Livros



**Título:** 1964-2014: Golpe Militar, História, Memória e Direitos Humanos.

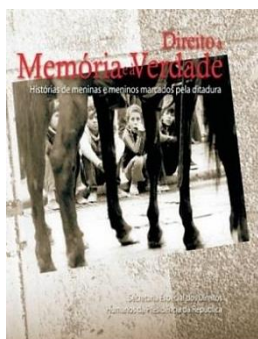
**Autoria:** Maria Ribeiro do Vale.

**Editora:** Cultura Acadêmica.

**Ano:** 2014.

**Algumas abordagens:** Golpe Militar, as técnicas de golpe de Estado da CIA, crise política e Ditadura no ensino e na

pesquisa.

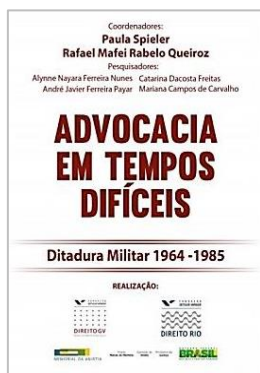


**Título:** Direito à Memória e à Verdade: Histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura.

**Autoria e edição:** Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

**Ano:** 2009.

**Algumas abordagens:** Jovens na Ditadura, educação no Regime e história de vítimas.



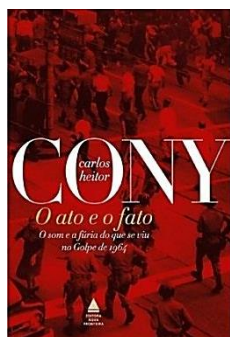
**Título:** Advocacia em tempos difíceis: Ditadura militar 1964 – 1985.

**Autoria:** Alyne Nayara Ferreira Nunes, Catarina Dacosta Freitas, André Javier Ferreira Payer e Mariana Campos de Carvalho. Coordenação: Paula Spieler e Rafael Mafei Rabelo Queiroz.

**Editora:** Edição do autor.

**Ano:** 2013.

**Algumas abordagens:** Entrevistas com advogados do tempo do Regime.



**Título:** O ato e o fato.

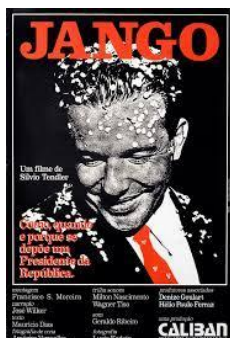
**Autoria:** Carlos Heitor Cony.

**Editora:** Nova Fronteira.

**Ano:** 2014.

**Algumas abordagens:** Golpe, Anistia e participação de intelectuais no Regime.

## Filmes

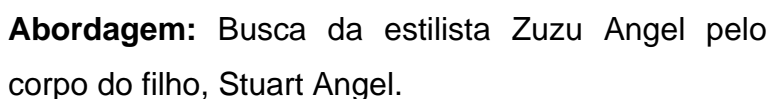
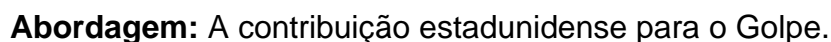
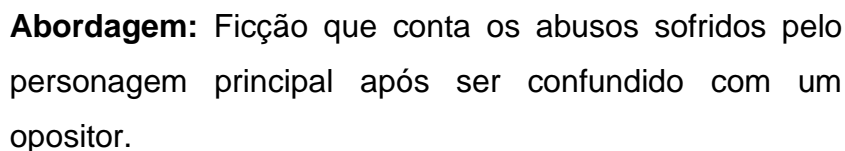


**Título:** Jango.

**Cineasta:** Silvio Tendler.

**Ano:** 1984.

**Abordagem:** Vida e carreira do ex-presidente João Goulart e arquitetura do Golpe.



**Link:** [memoriasdaditadura.org.br](http://memoriasdaditadura.org.br).



**Atos Institucionais:** Leis promulgadas após a gestão de João Goulart e que centralizaram o governo brasileiro, iniciando assim, o Golpe.

**Casa Militar:** Entidade que auxilia governadores e vice-governadores em questões militares e de segurança pública. Dentre suas várias atribuições estão os assuntos relacionados às Forças Armadas e outras instituições militares e o relacionamento entre os gestores e vice-gestores de estado com os chefes militares.

**Commodities:** Significa “mercadorias”. É um termo utilizado para caracterizar artigos que não passam por transformação, com é o exemplo de alguns alimentos e metais. O preço desses produtos é determinado na Bolsa de Valores e se relaciona com as condições do mercado.

**Compleição:** Disposição psicológica ou moral; índole, feitio, temperamento.

**Direito de estabilidade:** Direito que o indivíduo possui de continuar no emprego mesmo contra a vontade do patrão.

**Direitos Humanos:** Direitos que pertencem exclusivamente às pessoas, sem distinção de gênero, país de origem, cor da pele, língua, etc. O ser humano tem direito à vida, ao trabalho, à moradia, à livre posicionamento, entre outros.

**Direito de vitaliciedade:** Direito que garante que os servidores do setor público permaneçam em suas funções, dada determinada condição.

**Direitos políticos:** Tratam da liberdade do indivíduo de se envolver na política do seu país e dependem do tipo de Governo vigente.

**Direitos privados:** Atua nas relações e interesses entre duas partes auxiliando a organizá-las. As partes são tratadas em condições de igualdade.

**Direitos públicos:** Regimentos voltados para o organizacional e o social, neste caso, os interesses do coletivo são mais importantes do que os direitos individuais.

**Divisão Internacional do Trabalho:** Determina o que cada país é responsável por fornecer ou produzir. Países em desenvolvimento, por exemplo, se encarregam de fornecer matéria-prima aos mais desenvolvidos para a manutenção da indústria.

**Economia:** Termo usado para analisar a distribuição, produção e consumo de bens e serviços.

**Esquerda Armada:** Grupos de guerrilheiros que se opunham ao Regime Militar.

**Estado Novo:** Fase final da Era Vargas de cunho ditatorial e embases nazifascistas.

**Habeas corpus:** Meio usado quando o indivíduo é submetido a violências, se sente sob ameaças de violência ou tem sua liberdade de locomoção impedida de forma ilegal ou por abuso de autoridade, ou seja, é um modo de impedir ou invalidar uma prisão que não possui bases legais para ocorrer.

**Institucional:** Relativo a instituição; leis fundamentais de uma nação ou sociedade política, buscam regular os comportamentos dos indivíduos.

**Lei Orgânica dos Partidos:** Lei que delimitava a quantidade de partidos políticos no País.

**Mandato eletivo:** Desligamento concedido ao servidor público de cargo efetivo quando o indivíduo opta pela investidura em mandato político. Sendo vencedor nas urnas, a Justiça Eleitoral encaminha à pessoa a permissão para empossamento e desempenho das funções.

**Oban:** É a sigla para Operação Bandeirantes. Tratou-se de uma ação para combater os opositores do Regime Militar na região da Grande São Paulo.

**Pacote de Abril:** Plano tomado pelo governo Geisel para frear o avanço do partido de oposição (MDB). Entre as ações, estava o fechamento do Congresso e a prorrogação do mandato do presidente de 5 para 6 anos.

**Parlamentarismo:** Sistema de governo no qual gestão do país se encontra nas mãos do Primeiro Ministro.

**Populismo:** Dominação exercida mediante a obtenção da confiança de parte dos indivíduos de uma sociedade, sobretudo dos pobres. Para obter simpatizantes, o populista obtém uma relação direta com seu público; cumprimenta os cidadãos com aperto de mão, anda pelas ruas, etc. Assim, pode ocorrer a instauração de um despotismo e uma aceitação inconsciente do mesmo por parte do povo.

**Reforma:** Efeito de reformar, quer dizer mudar algo para adquirir melhoras. Foi o que a população brasileira buscou em diferentes áreas durante a década de 60.

**Sindicalismo:** Conjunto de ideais que defendem a necessidade dos sindicatos para a manutenção e proteção dos direitos trabalhistas.

**Três Poderes:** São os poderes políticos de um regime democrático. Constituem-se pelo Poder Legislativo, que dentre outras funções estão a criação das leis e a determinação do que é legalmente permitido; pelo Poder Judiciário, que julga e pune os que descumprem as leis e; pelo Poder Executivo, que é responsável pelo funcionamento da nação, exercido pelo presidente.

**Tropicália, Tropicalismo ou Movimento Tropicalista:** Momento de vanguarda da cultura brasileira que se destacou pelo distanciamento de características da Bossa Nova e pela aproximação da música com outros elementos culturais e demais ritmos musicais. Esteve presente também em várias outras manifestações artísticas.

**União:** Trata-se de uma das instituições que integram o sistema administrativo e político do Brasil. Entre suas atribuições estão as declarações de guerra e a atuação em entidades estrangeiras.

ABREU, Marcelo de Paiva (organizador) ...et al. **A ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Editora Campus: Recife, 1995. Disponível em: <[https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1761025/mod\\_folder/content/0/Economia%2520Brasileira%2520-%2520Antonio%2520Correa%2520de%2520Lacerda.pdf%3Fforcedownload%3D1&ved=2ahUKEwiElt66x\\_fqAhVDKLkGHcBVCS4QFjAAegQIBRAB&usg=AOvVaw03v6feAqiSBWhjevEeOlqB](https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1761025/mod_folder/content/0/Economia%2520Brasileira%2520-%2520Antonio%2520Correa%2520de%2520Lacerda.pdf%3Fforcedownload%3D1&ved=2ahUKEwiElt66x_fqAhVDKLkGHcBVCS4QFjAAegQIBRAB&usg=AOvVaw03v6feAqiSBWhjevEeOlqB)>. Acesso em: 28 jul. 2020.

**AMELINHA TELES: O POVO DO BRASIL PRECISA CONHECER A SUA HISTÓRIA.** Jornal A Verdade, 2012. Disponível em: <<https://averdade.org.br/2012/10/Amelinha-teles-o-povo-do-brasil-precisa-conhecer-a-sua-historia/>>. Acesso em 04 jul. 2020.

ARAÚJO, Ana Paula de. **Parlamentarismo**. Info Escola, 2020. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/formas-de-governo/parlamentarismo/>>. Acesso em: 04 jul. 2020.

ARAÚJO, Francisca Socorro. **Populismo**. Info Escola, 2020. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/politica/populismo/>>. Acesso em 23 jun. 2020.

ASSUNÇÃO, Matheus. **PAEG: O Programa de Ação Econômica do Governo e a Economia Brasileira nos Anos 1960**. Universidade de Brasília; Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação; Departamento de Economia: Brasília, 2010. Disponível em: <<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://petecounb.files.wordpress.com/2011/03/programa-de-ac3a7c3a3o-econ3b4mica-do-governo-e-a-economia-brasileira-nos-anos-1960-matheus-assunc3a7c3a3o.pdf&ved=2ahUKEwi01liv2oHrAhUjLkGHQ1jDvgQFjABegQIARAB&usg=AOvVaw3rsjFMRKBbkpwiPVWqePtY>>. Acesso em: 28 jul. 2020.

BARROS, Antonio. **Os Presidentes da Ditadura Militar**. Câmara dos Deputados, 2006. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/93692-os-presidetes-da-ditadura-militar/>>. Acesso em: 21 jun. 2020.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **Razões econômicas, não economicistas, do golpe de 1964.** Texto para Discussão. IE/ UNICAMP, Campinas, n. 229, mar. 2014.

BECHARA, Gabriela Natacha. RODRIGUES, Horácio Wanderlei (2015). **Ditadura Militar, atos institucionais e Poder Judiciário.** Disponível em: <<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://seer.upf.br/index.php/rjd/article/download/5611/3826&ved=2ahUKEwjsz4LnoZbqAhWORDABHVMEB4AQFjABegQIBhAI&usg=AOvVaw0sE-t9rMp01xYTsf3GecG>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

BELLINGIERI, Julio Cesar (2005). **A economia no período militar (1964-1984): crescimento com endividamento.** Disponível em: <<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.unifabi.com.br/revistasonline/arquivos/hispecielemaonline/sumario/9/16042010171928.pdf&ved=2ahUKEwjT3tSQLZnqAhXFKrkGHUoiCxMQFjAAegQIBBAB&usg=AOvVaw1KoT-FS6Aa5OMaZkNzXwbv>>. Acesso em: 24 abr. 2020.

BETONI, Camilla. **Sindicalismo.** Info Escola, 2020. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/sociologia/sindicalismo/>>. Acesso em: 04 jul. 2020.

BEZERRA, Juliana. **João Batista Figueiredo.** Toda Matéria, 2020. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/joao-baptista-figueiredo/>>. Acesso em: 02 jul.2020.

\_\_\_\_\_. **Três Poderes.** Toda Matéria, 2019. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/tres-poderes/>>. Acesso em 04 jul.2020.

BITTENCOURT, Julinho. **30 anos sem Henfil, o inventor da charge política moderna.** Revista Fórum, 2018. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/politica/30-anos-sem-henfil-o-inventor-da-charge-politica-moderna/>>. Acesso em: 06 jul. 2020.

BLUME, Bruno André. **O que é Habeas Corpus?** Politize, 2019. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/habeas-corpus/>>. Acesso em: 04 jul.2020.

Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Direito à Memória e à Verdade: histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura/** Secretaria Especial dos Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009.

BUCCO, Sérgio. **Ditadura militar no Brasil 1º de abril de 1964.** Blogs Post, 2014. Disponível em: <http://sergiobuccomaxiano.blogspot.com/2014/03/periodo-de-31-de-marco-de-1964-golpe.html?m=1>. Acesso em: 06 jul.2020.

CALICCHIO, Vera. **Atos Institucionais.** FGV, 2020. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/atos-institucionais>>. Acesso em: 04 jul. 2020.

CANO, Wison. **Milagre Brasileiro: antecedentes e principais consequências econômicas**. In: UFRJ, UFF, CPDOC, APERJ. 1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil (anais do seminário). Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.

CARDIA, Mirian Lopes. **Operação Bandeirantes (Oban)**. Arquivo Nacional, 2017. Disponível em: <<https://www.arquivonacional.gov.br/br/difusao/arquivona-historia/695-operacao-bandeirantes-oban.html>>. Acesso em: 04 jul.2020.

**CASTELO BRANCO: UM NOME EMBLEMÁTICO**. Instituto Ivaldo Castelo Branco, 2018. Disponível em: <<http://institutoivaldocastelobranco.blogspot.com/2018/04/castelo-branco-um-nome-emblematico.html?m=1>>. Acesso em: 01 jul. 2020.

CAVALCANTI, Celso. DALMORO, Jefferson. SANTI, Maurício de. BAIRROS, Nilo. **Raul Seixas: 30 anos sem o maluco beleza**. Rádio Senado, 2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/radio/1/capitulo-rock/raul-seixas-30-anos-sem-o-maluco-beleza>>. Acesso em: 04 jul.2020.

**CERTIDÕES DE ÓBITO ATESTAM QUE ZUZU E STUART ANGEL FORAM MORTOS PELA DITADURA**. Debate Carajás, 2019. Disponível em: <<https://debatecerejeras.com.br/certidoes-de-obito-atestam-que-zuzu-e-stuart-angel-foram-mortos-pela-ditadura/>>. Acesso em: 04 jul. 2020.

**CHARGE DO BIER E OS OSSOS DA DITADURA**. Blogs Post,2011. Disponível em: <<http://tirando-a-limpo.blogspot.com/2011/04/charge-do-bier-e-os-ossos-da-ditadura.html?m=1>>. Acesso em: 06 jul. 2020.

**COMISSÃO DA USP LISTA 664 PERSEGUIDOS PELA DITADURA**. Jusbrasil, 2014. Disponível em: <<https://amp-mg.jusbrasil.com.br/noticias/148145048/comissao-da-usp-lista-664-perseguidos-pela-ditadura>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

**CONSTITUIÇÃO DE 88 É MARCO ENTRE DITADURA E DEMOCRACIA**. Consultor Jurídico, 2013. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2013-out-04/constituicao-1988-representa-marco-entre-ditadura-democracia>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

**CONTRATOS ADMINISTRATIVOS > 2.11) VITALICIEDADE**. Luris Brasi, 2020. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/zeitonelglobal/contratos-administrativos/2-11-vitaliciedade>>. Acesso em: 04 jul.2020.

CONY, Carlos Heitor. **O ato e o fato**. Books. Nova Fronteira,25 de mar. De 2014. Disponível em: >[https://books.google.com/books/about/O\\_ato\\_e\\_o\\_fato.html?hl=pt-BR&id=roQqAwAAQBAJ](https://books.google.com/books/about/O_ato_e_o_fato.html?hl=pt-BR&id=roQqAwAAQBAJ)> . Acesso em: 30 jun. 2020.

CORDEIRO, Tiago. **Como era uma sessão de tortura na Cadeira de Dragão**. Super Interessante, 2018. Disponível em:

<<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/como-era-una-sessao-de-tortura-na-cadeira-do-dragao/amp/>>. Acesso em: 04 jul. 2020.

CORREIA, Michelle Viviane Godinho. **Lei da Anistia**. Info Escola, 2020. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/lei-da-anistia/>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. **Pacote de Abril**. Info Escola, 2020. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/pacote-de-abril/>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

COSTA, Marcus Vinícius Assis da. **Ditadura militar 1964 – o plano, resistências, memórias e legados**. LEMAD, 2014. Disponível em: <<http://lemad.fflch.usp.br/node/5326>>. Acesso em: 06 jul. 2020.

CUNHA, Carolina. **Ditadura militar – Grandes obras e truculência policial são heranças do regime**. Uol Educação, 2014. Disponível em: <<https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/ditadura-militar-grandes-obras-etruculencia-policial-sao-algumas-herancas-do-regime.htm>>. Acesso em: 09 jul. 2020.

CYSNE, Diogo. **Constituição de 1988**. Info Escola, 2020. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/direito/constituicao-de-1988/>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

DE ANGELO, Vitor Amorim. **Ditadura militar, esquerda armada e memória social no Brasil/ Vitor Amorim de Angelo**. São Carlos: UFSCAR, 2011.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Governo João Goulart e o Golpe de 1964: da construção do esquecimento às interpretações acadêmicas**. Revista Grafia Vol. 9- enero-diciembre 2012 – pp. 175 – 191 – ISSN 1692-6250.

**DEZ FILMES INDISPENSÁVEIS PARA SE CONHECER HORRORES DA DITADURA MILITAR**. PSTU, 2019. Disponível em: <<https://www.pstu.org.br/dez-filmes-indispensaveis-para-se-conhecer-os-horrores-da-ditadura-militar/>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

**EDSON CELULARI**. Todo Teatro Carioca, 2014. Disponível em: <<http://www.todoteatrocarioca.com.br/pessoa/3033/edson-celulari>>. Acesso em: 04 jul. 2020.

**EDSON LUIS DE LIMA SOUTO**. **Memórias da Ditadura**, 2020. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/edson-luis-de-lima-souto/>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

**EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI**. Novo Milênio, 2011. Disponível em: <<https://www.novomilenio.inf.br/festas/bras2b33.htm>>. Acesso em: 02 jul. 2020.

ELISE, Jacqueline. **7 histórias chocantes de mulheres que foram torturadas na ditadura**. Universa, 2019. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/03/27/historias-de-mulheres-vitimas-da-ditadura-militar.htm>>. Acesso em: 25 jun.2020.

**ESTADO, UNIÃO [PAÍS, NAÇÃO]: SIGNIFICADO, ELEMENTOS E PODERES DO ESTADO**. Blog Gestão de Segurança Privada, 2020. Disponível em: <<https://gestaodeseguranaprivada.com.br/estado-uniao-pais-governo-significado/>>. Acesso em: 04 jul.2020.

FERNANDES, Bruna. **Quais foram as torturas utilizadas na época da ditadura militar no Brasil?** Blog do QG, 2016. Disponível em: <<https://blog.enem.com.br/3988/>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

FERNANDES, Cláudio. **Força Expedicionária Brasileira (FEB)**. Brasil Escola, 2020. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/forca-expedicionaria-brasileira-feb.htm>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. **O que foi o Estado Novo?** Brasil Escola, 2020. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-foi-estado-novo.htm>>. Acesso em: 04 jul.2020.

FERNANDES, Marcella. **5 relatos que mostram por que é inadmissível homenagear a Ditadura**. Huffpost, 2016. Disponível em: <[https://m.huffpostbrasil.com/2016/04/20/5-relatos-que-mostram-por-que-e-inadmissivel-homenagear-a-ditadu\\_n\\_9734096.html](https://m.huffpostbrasil.com/2016/04/20/5-relatos-que-mostram-por-que-e-inadmissivel-homenagear-a-ditadu_n_9734096.html)>. Acesso em: 22 jun. 2020.

FERRARI, Julio Cesar. PEREIRA, Rafael Caluz. FERNANDES, Profº Paulo Sérgio (2009). **A IMPOSIÇÃO DA DITAD Uma breve analogia do comportamento Estado/ Oposição**. Disponível em: <<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.unisal.esiano.edu.br/encontro2009/trabalho/aceitos/PO21949907802.pdf&ved=2ahUKewjzua-XoJbqAhWGTTABHWdrCtgQFjACegQIAhAB&usg=AOvVaw1QYjXUnyoBlwAZI7086obW>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

FOLTER, Regiane. **Direito Público e direito privado: quais as diferenças?** Politize, 2020. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/direito-publico-e-direito-privado/>>. Acesso em: 04 jul.2020.

FREIME, Jânio de Oliveira. **Confira relatos de vítimas torturadas pelo Coronel Ustra, o sádico da Ditadura Militar Brasileira**. Aventuras na História, 2019. Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/conheca-5-relatos-de-vitimas-de-tortura-do-dr-tibirica.com.phtml>>. Acesso em: 22 jun. 2020.



FURTADO, Aristide. **Mais de cinco décadas após o golpe, CNV luta para descobrir o que houve com desaparecidos.** Acrítica.com, 2015.

Disponível em: <<https://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/mais-de-cinco-decadas-apos-o-golpe-cnv-luta-para-descobrir-o-que-houve-com-desaparecidos>>. Acesso em: 05 jul. 2020.

FURTADO, Celso. **A Pré-Revolução Brasileira.** Editora Fundo de Cultura: Rio de Janeiro, 1962. Disponível em:

<<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2418327>>. Acesso em: 28 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Formação Econômica do Brasil.** 32ª ed. Editora Nacional: São Paulo, 2005. Disponível em:

<<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Furtado,%2520Celso/Celso%2520Furtado%2520-%2520Forma%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520Econ%25C3%25B4mica%2520do%2520Brasil.pdf&ved=2ahUKEwik9tuR4oHrAhUrJrkGHelPAH8QFjAAegQIEBAB&usg=AOvVaw0l2DapOi4LLwnxeC7c-vf4>>. Acesso em: 28 jul.2020.

GIAMBIANGI, Fabio...et al. **Economia Brasileira Contemporânea [recurso eletrônico]: 1945 – 2010/** [organizadores Fabio Giambiagi...et al.]. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. Disponível

em: <<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php%3Fid%3D1511809&ved=2ahUKEwj1nYehxhfqAhUaK7kGHQORAC8QFjAKegQICxAB&usg=AOvVaw0GR7e8QjA3BAgNqvTYwa8D>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

**GOVERNO JANGO: CELSO FURTADO FALA DO PLANO TRIENAL.**

Picilone, 2015. Disponível em: <

[https://m.youtube.com/watch?v=w\\_zd5PtEnXs](https://m.youtube.com/watch?v=w_zd5PtEnXs)> . Acesso em: 28 jul.2020.

GREGÓRIO, Mariany (2015). **Sindicalismo de Estado e a Ditadura Militar no Brasil (1964 -1985).** Rev. Dig., ISSNe 1980 – 3532, Florinópolis, n 3, p. 103 – 119, 2007.

GONÇALVES, Williams da Silva. MIYAMOTO, Shiguenoli. **Os militares na política externa brasileira: 1964 – 1984.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 6. Il. 12. 1993, p. 211 – 246.

HERMANN, Jennifer (2005). **Reformas, Endividamento Externo e o “Milagre Econômico” (1963 – 1973).** Economia Brasileira Contemporânea: 1945 – 2004 p. 68 – 92. Disponível em:

<[https://books.google.com/books/about/Economia\\_brasileira\\_contempor%C3%A2nea.html?hl=pt-BR&id=8F8MSVNIj9EC](https://books.google.com/books/about/Economia_brasileira_contempor%C3%A2nea.html?hl=pt-BR&id=8F8MSVNIj9EC)>. Acesso em: 24 jun. 2020.

**JOÃO GOULART.** Toda Matéria, 2020. Disponível em: <<https://www.google.com/amp/s/www.todamateria.com.br/joao-goulart/amp/>> Acesso em: 01 jul. 2020.

JUNIOR, Américo Bedê. **Constitucionalismo sob a ditadura militar de 30 a 85.** Revista de Informação Legislativa. Ano 50 Número 197 jan./mar.2013.

LACERDA, Antônio Corrêa...et al. **Economia brasileira/** Antônio Corrêa de Lacerda...[et al.]; organizadores José Márcio Rego, Rosa Maria Marques; colaboração especial Rodrigo Antonio Moreno Serra. – 4. ed. – São Paulo: Saraiva, 2010. Disponível em: <[https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1761025/mod\\_folder/content/0/Economia%2520Brasileira%2520Antonio%2520Correa%2520de%2520Lacerda.pdf%3Fforcedownload%3D1&ved=2ahUKEwjQ1IDR44HrAhVdlrkGHb-LDoEQFjALegQICBAB&usg=AOvVaw03v6feAqiSBWhjevEeOlqB&cshid=1596552553033](https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1761025/mod_folder/content/0/Economia%2520Brasileira%2520Antonio%2520Correa%2520de%2520Lacerda.pdf%3Fforcedownload%3D1&ved=2ahUKEwjQ1IDR44HrAhVdlrkGHb-LDoEQFjALegQICBAB&usg=AOvVaw03v6feAqiSBWhjevEeOlqB&cshid=1596552553033)> . Acesso em: 28 jul.2020.

LARA, Ricardo. SILVA, Mauri Antonio. **A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil.** Serv. Soc. Soc. São Paulo, n. 122, p. 275 – 293, abr./ jun. 2015.

LIMA, Michelle Fernandes. FAVARO, Neide de Almeida Lança Galvão. **O Movimento Pela Reforma Universitária na Década de 1960 no Brasil(2017).** Disponível em : <<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.historia.uff.br/stricto/td/1617.pdf&ved=2ahUKEwiysZav2b3qAhWjA9QKHbRgAgMQFjADegQIAhAB&usg=AOvVaw2Q2j8ytN4Wxb85OTk2djxK>>. Acesso em 08 jul, 2020.

MACARINI, José Pedro. **A política econômica da ditadura militar no limiar do “milagre” brasileiro: 1967/69.** Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 99, set. 2000.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **Novos Conteúdos,** 2009. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/artistas/>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

MIRANDA, Celso. **Há 44 anos, Vladimir Herzog era torturado e assassinado pela Ditadura Militar Brasileira.** Aventuras na História, 2019. Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-vida-morte-vladimir-herzog.phtml>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

**MISSÃO.** Governo de Rondônia, 2020. Disponível em: <<http://www.rondonia.ro.gov.br/cas-militar/sobre/missao/>>. Acesso em: 04 jul. 2020.

MÔNDEGO, Thiago Lima. **As Visões da Crise Econômica dos Anos 60: As Análises Desenvolvimentistas de Celso Furtado e Roberto Campos/Thiago Lima Mõndego. – 2013.** Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1617.pdf>>. Acesso em 23 mar, 2020.

MORI, Letícia. **A história dos 6,5 mil membros das Forças Armadas perseguidos pela ditadura militar.** BBC News, 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46532955>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

NAPOLITANO, Marcos. **A construção do Regime Militar Brasileiro (Aula 9, parte 1).** YouTube, 2017. Disponível em: <<https://youtu.be/ZqD6BGKp9OI>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

NEVES, Daniel. **Constituição de 1988.** Brasil Escola, 2020. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2013-out-04/constituicao-1988-representa-marco-entre-ditadura-democracia>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. **Ditadura Militar no Brasil.** Brasil Escola, 2019. Disponível em: <<https://brasilescola.uol.com.br/historiab/ditadura-militar.htm>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. **João Goulart: contexto, fases de governo e golpe.** Brasil Escola, 2020. Disponível em: <<https://brasilescola.uol.com.br/historiab/joao-goulart.htm>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

NUNES, Alynne Nayara Ferreira. PAYAR, André Javier Ferreira. FREITAS, Catarina Dacosta. CARVALHO, Marina Campos de. **Advocacia em Tempos Difíceis: Ditadura Militar 1964 – 1985.** Coordenação Paula Spieler, Rafael Mafei Rabelo Queiroz. Curitiba: Edição do Autor, 2013. 912p.

**O PARLAMETAR E OS DIREITOS HUMANOS, MANUAL.** dhnet, 2020. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/dados/manuais/dh/br/parlamentar/federacao.htm>>. Acesso em: 04 jul.2020.

**O QUE SÃO DIREITOS HUMANOS.** Nações Unidas Brasil, 2020. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>>. Acesso em: 04 jul.2020.

PALMAR, Aluizio. **Tipos de Tortura Usados na Ditadura Militar.** Plural, 2019. Disponível em: <<https://www.plural.jor.br/documentosrevelados/nome-dos-torturadores-e-dos-militares-que-aprenderam-a-torturar-na-escola-das-americas/tpos-de-tortura-usados-durante-a-ditadura-civil-militar/>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

**PARA AQUELES QUE PEDEM A DITADURA MILITAR MAS JOGARAM FORA OS LIVROS DE HISTÓRIA.** Empoderamento Negro, 2018. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/9800445548707054/post/2146173478760816/?app=fbl>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

**PARTIDOS POLÍTICOS (EXTINÇÃO).** FGV, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partidos-politicos-extincao>>. Acesso em: 04 jul. 2020.

PINTO, Tales. **Luta armada contra a Ditadura Militar.** Aluno Online, 2020. Disponível em: <<https://alunosonline.uol.com.br/historia-do-brasil/luta-armada-contra-ditadura-militar.html>>. Acesso em: 04 jul.2020.

**PRINCIPAIS CAUSAS QUE LEVAM À ESTABILIDADE PROVISÓRIA NO EMPREGO.** CHC Advocacia, 2019. Disponível em: <<https://chcadvocacia.adv.br/blog/estabilidade-provisoria/>>. Acesso em: 04 jul.2020.

**QUEM FOI STUART ANGEL, HOMENAGEADO POR TORCEDORES NO FLAMENGO NO DOMINGO.** O Globo, 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/esportes/quem-foi-stuart-angel-homenageado-por-torcedores-do-flamengo-no-domingo-23565804>>. Acesso em: 25 jun.2020.

RESENDE, André Lara. NETO, Arminio Fraga. BACHA, Edmar. GOLDFAJN, Ilan. LISBOA, Marcos. MESQUITA, Mario. MALAN, Pedro. **Economia Brasileira: Notas Breves Sobre a Década de 1960 a 2020 (2018).** Disponível em: <<https://www.institutomillennium.org.br/etiqueta/andre-lara-resende/>>. Acesso em: 28 jul.2020.

RODRIGUES, Natália. **Governo de Castelo Branco.** Info Escola, 2020. Disponível em:< <https://www.infoescola.com/historia/governo-de-castelo-branco/>> .Acesso em: 23 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. **Governo de João Figueiredo.** Info Escola, 2020. Disponível em:< <https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/governo-de-joao-figueiredo/>> . Acesso em: 25 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. **Governo de João Goulart.** Info Escola, 2020. Disponível em: <[www.infoescola.com/historia/governo-de-joao-goulart/](http://www.infoescola.com/historia/governo-de-joao-goulart/)> .Acesso em: 23 jun. 2020.

RUY, Carolina Maria. **Zuzu Angel: o filme.** Vermelho, 2013. Disponível em:< <https://vermelho.org.br/2013/07/12/zuzu-zngel-o-filme/>> . Acesso em: 25 jun.2020.

SANTANA, Marco Aurélio (2008). **Ditadura Militar e resistência operária: O movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática.** Disponível em : <<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/9321/8605&ved=2ahUKEwjM6NfPk>>

ZnqAhUDEbkGHUf4AnoQFjAAegQIBxAC&usg=AOvVaw3k2ISmnxqMop-LH9p4qWhf>. Acesso em: 23 jun.2020.

SANTIAGO, Emerson. **Divisão internacional do trabalho**. Info Escola, 2020. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/trabalho/divisao-internacional-do-trabalho/>>. Acesso em: 23 jun. 2020.

**SBF RELEMBRA FÍSICOS PERSEGUIDOS PELA DITADURA MILITAR DE 1964**. SBF, 2019. Disponível em: <<http://www.sbfisica.org.br/v1/home/index.php/pt/acontece/875-sbf-relembra-fisicos-brasileiros-perseguidos-pela-ditadura-militar-de-1964>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

SEIXAS, Ivan (2018). **A Ditadura Militar Brasileira: a transição negociada contra os interesses populares**. Disponível em: <[https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.gov.br/mdh/pt-br/sdh/noticias/pdf/ditadura-militar-no-brasil&ved=2ahUKEwjpvvPVjpbqAhVUI7kGHdMfA2wQFjAAegQIBBAB&usg=AOvVaw23M2nRG2mgfaEu\\_I2b\\_oIR](https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.gov.br/mdh/pt-br/sdh/noticias/pdf/ditadura-militar-no-brasil&ved=2ahUKEwjpvvPVjpbqAhVUI7kGHdMfA2wQFjAAegQIBBAB&usg=AOvVaw23M2nRG2mgfaEu_I2b_oIR)>. Acesso em: 29 mai. 2020.

**SIGNIFICADO DE COMMODITIES**. Significados, 2014. Disponível em:< [www.significados.com.br/commodities/](http://www.significados.com.br/commodities/). > Acesso em: 04 jul. 2020.

SILVA, José Gomes da. **A Reforma Agrária e a Lei do Estatuto da Terra**. Justitia: São Paulo, 44 (116):47-59, jan./mar.1982. Disponível em:< <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.revistajustitia.com.br/revistas/zwxcyz.pdf&ved=2ahUKEwinx77F7oHrAhURJrkGHZIfDgAQFjABegQIAhAB&usg=AOvVaw3ATgYQyaFpwjYk8x5D-eco>>. Acesso em: 30 jul 2020.

STABILE, Arthur. **Justiça regeita denúncia contra acusados de participar da morte de Vladimir Herzog**. El País, 2020. Disponível em:< <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-06/justica-rejeita-denuncia-contracusados-de-participar-da-morte-de-vladimir-herzog.html>>. Acesso em: 04 jul. 2020.

STÉDILE, João Pedro. **Reforma Agrária e o MST**. Crítica Marxista, São Paulo, Xamã, v.1,n.5,1997,p.81-95. Entrevista concedida a Luiz Antonio Cabello Norder. Disponível em: < [https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/entrevista21Entrevista%25201.pdf&ved=2ahUKEwj5Of77IHrAhUHlIbkGHUG2BvQQFjAAegQIARAB&usg=AOvVaw3bnhqqs2AeQLp0AH1n\\_aPw&cshid=1596555228113](https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/entrevista21Entrevista%25201.pdf&ved=2ahUKEwj5Of77IHrAhUHlIbkGHUG2BvQQFjAAegQIARAB&usg=AOvVaw3bnhqqs2AeQLp0AH1n_aPw&cshid=1596555228113)>. Acesso em: 28 jul. 2020.

TELES, Janaína de Almeida. **As disputas pela interpretação da Lei de Anistia de 1979**. Idéias| Campinas (SP)| n. 1| nova série| 1º semestre (2010).

**TROPICALISMO.** Toda Matéria, 2018. Disponível em:<  
<https://www.todamateria.com.br/tropicalismo/>> . Acesso em: 04 jul.2020.

VALLE, Maria Ribeiro do (Org.). **1964-2014: Golpe Militar, História, Memória e Direitos Humanos.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. 174 p – (Série Temas em Sociologia;7).

VELOSO, Fernando A. VILLELA, André. GIAMBIAGI, Fabio .  
**Determinantes do “Milagre” Econômico Brasileiro (1968-1973): Uma Análise Empírica.** RBE Rio de Janeiro v. 62 n. 2 / p. 221–246 Abr-Jun 2008.

**VOCÊ SABE O QUE É MANDATO ELETIVO? O GLOSSÁRIO ELEITORAL ESCLARECE.** O documento, 2020. Disponível em:<  
<https://odocumento.com.br/voce-sabe-o-que-e-mandato-eletivo-o-glossario-eleitoral-esclarece/>> . Acesso em: 04 jul. 2020.

WESTIN, Ricardo. **Há 40 anos, Lei da Anistia preparou caminho para fim da ditadura.** Senado, 2019. Disponível em:  
<<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/há-40-anos-lei-de-anistia-preparou-caminhos-para-fim-da-ditadura>>. Acesso em: 06 jul. 2020.

**ZUZU ANGEL.** Adorocinema, 2020. Disponível em:  
<<http://www.adorocinema.com/filmes/filme-124850/>> . Acesso em:25 jun.2020.

**7 TÉCNICAS DE TORTURAS ASSUSTADORAS PRATICADAS DURANTE A DITADURA NO BRASIL.** Jusbrasil, 2019. Disponível em:<  
<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/03/27/historias-de-mulheres-vitimas-da-ditadura-militar.htm>>. Acesso em: 04 jul. 2020.

